

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16175 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Thaiane de Góis Domingues - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARANÁ

RESUMO: Esse estudo busca identificar qual o objetivo das formações continuadas desenvolvidas junto aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública paranaense. É contextualizado à defesa da educação pública e da formação dos professores, frente às políticas recentes de desvalorização e precarização da carreira docente. A produção de dados se deu por meio de questionários online endereçados às secretarias de educação dos 399 municípios paranaenses ao longo do ano de 2021. Os dados obtidos por meio de quarenta e três questionários respondidos foram tratados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016). Após o estudo e categorização dos achados, chegou-se a três categorias de análise: foco em capacitação; ênfase em aperfeiçoamento profissional e pauta na performance e na qualidade. Os achados demonstram um alinhamento predominante das formações oferecidas aos professores à perspectiva performista, transmissiva e produtivista da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Brasil, 2020). Os resultados apontam que a perspectiva da formação destinada aos professores das escolas públicas paranaenses não dialoga com os pressupostos da Associação Nacional de Formação de Professores acerca da formação continuada docente, em detrimento à possibilidade de valorização e desenvolvimento profissional docente.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Formação continuada. Políticas de formação de professores.

Essa pesquisa ancora-se teoricamente na concepção de formação continuada defendida pela Associação Nacional de Formação de Professores (Anfope), como um:

[...] processo de valorização do profissional da educação que oportuniza a construção da práxis por meio da compreensão dos processos envolvidos na atividade educativa: intenção e ação. Isso possibilita ampliar e repensar os sentidos e significados dessa prática, de forma a construir uma ação consciente a partir da problematização da realidade, o que fará crescer a autonomia do profissional e promover a elevação moral e intelectual dos sujeitos envolvidos. (ANFOPE, 2021, p. 33).

Com base nessa premissa, buscou-se conhecer e analisar as formações continuadas desenvolvidas junto aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública paranaense. Este material apresenta um dos recortes dessa pesquisa, que versou sobre a identificação

dos objetivos da formação continuada no Paraná, bem como se estes corroboravam com a perspectiva da Anfope acerca da formação docente. Para tal, levantou-se os contatos das 399 secretarias de educação dos municípios do Paraná em 2021 nos dados públicos disponíveis em suas páginas na Internet, bem como por meio dos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná (NREs).

Junto ao contato, era endereçado o link de um questionário com perguntas abertas e fechadas, instrumento de produção de dados da pesquisa, que havia sido previamente aplicado em caráter piloto, junto à uma secretaria de educação de um dos municípios. A produção de dados se deu ao longo de um ano, chegando a 43 respostas.

Para a codificação e organização dos dados, foi utilizado a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), tendo em vista que reúne um conjunto de instrumentos metodológicos que se aprimoram constantemente e se adaptam a discursos diversificados. Os dados produzidos foram tabulados e analisados, sendo os achados descritos na sequência. Os 43 municípios respondentes foram identificados do número 01 a 43 na sistematização dos dados, como ‘Município 01’ e assim, sucessivamente. As 43 secretarias respondentes englobam, no total, a 572 escolas municipais que por sua vez contam com 19.132 professores, destes 17.795 professores são concursados e 1.337 professores são temporários.

Com o enfoque de contextualização, questionou-se quem era responsável pela organização da formação docente. Somente em 60% dos casos a formação está sob responsabilidade da SME respondente. Nas demais secretarias, o processo é feito em parceria com universidades, fundações, organizações, instituições parceiras ou pela contratação de empresas/pessoas. Com exceção às parcerias com universidades, a realização de formações com empresas externas à escola demonstra um movimento contrário ao proposto pela Anfope (2021) acerca da formação continuada docente, sobre o refletir a escola, promover autonomia e desenvolvimento docente, tendo em vista que comumente a proposição é de cursos envelopados, generalistas e com pautas conflitantes com o interesse da escola pública.

Os dados produzidos, reforçam uma vertente da privatização e precarização da formação docente, em especial no período pós-pandêmico. Anteriormente, 98% das formações se davam de maneira presencial, com oficinas e palestras, reuniões e minicursos. Percebe-se que a formação continuada migrou e se estabeleceu no modelo online, mesmo com o retorno das aulas presenciais. Em 72% das SMEs a formação ocorre por meio de plataformas ao invés de acontecer presencialmente, corroborando com denúncias feitas pela Anfope (2021) acerca da descaracterização da formação do professor, objetivando somente a transmissão de conteúdos ao invés de um processo de estudo e análise da realidade, tendo o professor como protagonista e não como um ouvinte.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com base no cenário posto, questionou-se às SMEs qual eram os objetivos da formação continuada ofertada aos seus professores. As respostas levaram, por meio da metodologia de tratamento de dados, a três categorias, a serem detalhadas na sequência: foco em capacitação; ênfase em aperfeiçoamento profissional e pauta na performance e na qualidade.

A primeira categoria, demonstra que a formação continuada nos municípios pesquisados, tem **foco em capacitação** em detrimento à formação de professores. Isso significa que temos um enfoque tradicional que é coerente com a proposição de capacitar os docentes. Conforme o Município 7 acerca do objetivo da formação continuada temos a seguinte resposta: “Capacitar o professor para um melhor desempenho de suas atividades profissionais”. O Município 23 aponta: “Capacitar e renovar as práticas em sala de aula inovando” e o Município 27: “Capacitar e formar para uma educação de qualidade”.

O enfoque recorrente nos apresenta uma possível proposta de formação continuada calcada na transmissão de conteúdo, o qual deve ser assimilado pelo aluno. Capacitar, nessa perspectiva, está associado ao treino, instruir, se tornar apto, preparado para agir, a desenvolver habilidades e competências em confluência às proposições da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020). Nos remete ao controle como consequência a perda da autonomia do professor, bem como do processo problematizador que requer a ação pedagógica.

Curado Silva (2020) nos traz, em alusão à ênfase das atuais políticas na pedagogia das competências que sob essas normativas a formação docente trata-se de uma:

[...] perspectiva de formação que visa ao domínio de competências e habilidades, em termos da atuação docente, por meio das quais o docente é capacitado para realizar de forma eficaz o processo de ensino, num processo de formação diretamente na prática, isto é, na área de atuação profissional. O professor torna-se um instrumento de transmissão do conteúdo e o aluno tem sua formação voltada para o mundo do trabalho, centrada pelas aprendizagens essenciais. (CURADO SILVA, 2020, p. 108).

Entende-se, assim, que o processo formativo dos docentes, nos reporta a ensinar, construir conhecimento, refletir e educar-se. De tal modo, inferimos que o trabalho docente envolve questões políticas, sociais, culturais e pedagógicas, configurando-se num procedimento amplo e complexo. O enfoque crítico tem como meta a análise, a reflexão e a problematização da prática pedagógica, não cabendo uma abordagem balizada nos aportes da corrente tradicional de educação, tais quais deflagrados por essa categoria de análise.

O olhar tradicional circunda, igualmente, a segunda categoria, que versa sobre a **ênfase em aperfeiçoamento profissional**. Identificou-se que para alguns municípios, o enfoque da formação continuada assemelha-se a um treinamento, reduzindo a aspectos que precisam ser modificados na prática docente com vistas aos resultados almejados pelas SMEs, geralmente associados aos indicadores de avaliação da Educação Básica. Isto posto, o Município 14 objetiva com a formação: “Suporte e aperfeiçoamento para os professores”, enquanto o Município 25 nos traz que busca “o aperfeiçoamento e possibilidades de novos conhecimentos por partes dos profissionais da educação de modo que possam assegurar a excelência do ensino para o educando”. Essa excelência, ou seja, um padrão a ser seguido para a prática docente é retratada pelo Município 26 ao relacionar a formação com o “aperfeiçoamento da metodologia”.

Por sua vez, para o Município 31, não só a metodologia precisa ser melhorada, mas sim os professores como um todo, ao apontar que almeja “o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais buscando elevar a qualidade de ensino”. O Município 43 corrobora com essa perspectiva ao propor a “Reciclagem dos professores e formação voltada a novas metodologias de ensino”.

A relação entre aperfeiçoamento e reciclagem do professor com a qualidade da educação espelha claramente as dimensões propostas pela BNC – Formação continuada, tal como de engajamento do professor, levando a busca de seu constante ‘aperfeiçoamento’, em uma relação pragmática entre receber conteúdo, mudar a prática e modificar a aprendizagem discente, simplificando um processo que envolve fatores sociais, pessoais, que transpõem o trabalho docente.

Defende-se, por sua vez o entendimento de aprimoramento docente dado pela Anfope, que compreende “a incorporação da concepção de formação continuada visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola”. (ANFOPE, 2021, p. 25). Ou seja, em um ir e vir de estudos, levando ao desenvolvimento do professor, do aluno e da escola como um todo, de forma integrada, com base na realidade e no que se almeja para o grupo escolar.

A última categoria comunga com a anterior, pois trata da **performatividade e da qualidade**, acompanhando a ideia de produtividade. Performance nos remete a uma ação que tem efeito de mudança, isto é, agir na prática para alterar o comportamento e o desempenho do sujeito, tal qual previsto na 6ª competência geral docente proposta pela BNC – Formação Continuada (BRASIL, 2020):

Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2020, p. 06).

A liberdade e a autonomia, bem como a consciência crítica vem na contramão de uma proposta que se ancora em performatividade e eficácia, com foco em qualidade, terminologias de cunho empresarial e raízes neoliberais. A ação performática requer atos repetitivos que geram uma aparente coerência e uma satisfação nos resultados. Nesse contexto que se propõe a formação continuada dos professores das redes municipais do Paraná pesquisadas. Podemos constatar na fala do Município 4:

Melhorar a efetivação da política pública educacional do município conforme as legislações vigentes e as metas estabelecidas pela equipe técnica/pedagógica para garantir a efetivação de uma educação pública de qualidade. (MUNICÍPIO 4, QUESTIONÁRIO).

O Município 5 objetiva “Mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas”. A relação entre performance e qualidade é deflagrada pelo termo atualização no Município 29: “Manter os professores sempre atualizados” e no Município 36: “O objetivo é promover a atualização dos profissionais da Educação e capacitá-los para o exercício de sua profissão em serviço”.

Nessa concepção, a formação continuada é circunscrita apenas a cursos que atualizam e capacitam os docentes para o desenvolvimento de uma prática pedagógica ‘bem-sucedida’ com os

alunos.

CONCLUSÕES

Os resultados demonstram um alinhamento predominante das formações à perspectiva performista, transmissiva e produtivista da BNC - Formação Continuada (BRASIL, 2020), em detrimento da valorização e desenvolvimento profissional docente. Tal visão de formação continuada não possibilita ao docente a reflexão sobre a escola, tão pouco sua autonomia e desenvolvimento docente.

Identificou-se por meio da realização de parcerias das SMEs junto a instituições e empresas uma vertente da privatização e de precarização da formação docente, tendo em vista que os cursos se apresentam com um caráter generalista e com pautas conflitantes com o interesse da escola pública.

A compreensão por parte da maior parte das SMEs pesquisadas (37 respondentes) é que o objetivo das formações continuadas está pautado na capacitação dos professores a assemelhando a treinamentos acerca de metodologias de trabalho. Compreendem os professores como profissionais que precisam sublimar suas práticas por meio de aperfeiçoamento profissional sob a égide de princípios neoliberais. Por meio disso pautam as formações que promovam a performance dos professores como via de alcance de uma educação de ‘qualidade’, que se vale de resultados quantitativos em avaliações ou em indicadores educacionais.

Haja vista esse resultado, compreende-se que os movimentos das Associações, Universidades e Pesquisadores em Educação precisa continuar e se fortalecer por meio de estudos e pesquisas que publicizem os princípios da formação e da prática docente crítica, democrática e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. **Documento final do XX Encontro Nacional da Anfope** - Política de formação e valorização dos profissionais da educação: resistências propositivas à BNC da Formação Inicial e Continuada. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Parecer 14/2020, de 10 de julho de 2020. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 57, 26 out. 2020.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. A (de)Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.). **Diálogos críticos**, v. 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre: Fi, 2020. p. 102-122.